



Número: **0600940-96.2019.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Luiz Fernando Wowk Penteado**

Última distribuição : **26/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **181-42.2016.6.16.0145**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Contas - Desaprovação/Rejeição das Contas**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança impetrado por Rosângela da Silva Lebid em face do Juízo da 145ª ZE de Curitiba/Pr que nos autos de Prestação de Contas nº 181-42.2016.6.16.0145 manteve a intimação da candidata, ora impetrante, à comprovação da restituição do valor ao doador ou, na impossibilidade, à comprovação do recolhimento ao Tesouro Nacional, imposta na lei (requer seja concedida liminar, "inaudita altera parte", determinando-se a suspensão do ato coator exarado pela Autoridade Coatora, para suspender a exigibilidade da sanção de devolução de recursos pela impetrante e a suspensão da possibilidade de execução do débito inscrito em Dívida Ativa da 145ª ZE de Curitiba, enquanto perdurar a análise do 'mandamus'; ao final, requer seja concedido, em definitivo, a segurança pleiteada, confirmando-se a medida liminar - que se espera seja deferida - em caráter definitivo, para o fito de que seja reconhecida a ilegalidade/abusividade da decisão proferida pela autoridade impetrada eis que a sentença que desaprovou as contas não determinou a restituição de quaisquer valores pela impetrante, determinando-se o cancelamento da ordem de devolução ao erário, posto que deriva de ato nulo, e o consequente arquivamento definitivo do feito e determinando o cancelamento definitivo da inscrição do débito em Dívida Ativa da 145ª ZE de Curitiba, posto que a aplicação da multa eleitoral deriva de ato nulo; Ref. RE nº 181-42.2016.6.16.0145 e RE nº 16-37.2019.6.16.0000).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROSANGELA DA SILVA LEBID (IMPETRANTE)		ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA (ADVOGADO) LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO (ADVOGADO) FERNANDO BUENO DE CASTRO (ADVOGADO)	
Juízo da 145 Zona Eleitoral de Curitiba (AUTORIDADE COATORA)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4129416	28/07/2019 18:42	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA (120):0600940-96.2019.6.16.0000

IMPETRANTE: ROSANGELA DA SILVA LEBID

Advogados do(a) IMPETRANTE: ALESSANDRA MUGGIATI MANFREDINI SILVA - PR85534,  
LUIZ FABRICIO BETIN CARNEIRO - PR42621, FERNANDO BUENO DE CASTRO - PR42637

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 145 ZONA ELEITORAL DE CURITIBA

Advogado do(a) AUTORIDADE COATORA:

RELATOR: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO

## **DECISÃO**

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por ROSÂNGELA DA SILVA LEBID em face da decisão da MM. Magistrada da 145ª Zona Eleitoral – Curitiba, que determinou a comprovação da restituição ao doador dos valores tidos como não identificados ou, na sua impossibilidade, o recolhimento ao Tesouro Nacional.

A impetrante, após defender o cabimento do *writ* e a competência desta Corte, afirma que não existe previsão legal de recurso com efeito suspensivo a ser apresentado.



Aduz que a sentença proferida na Prestação de Contas não determinou expressamente, na parte dispositiva, que a candidata deveria comprovar a restituição ao doador dos valores tidos como não identificados ou, na sua impossibilidade, o recolhimento ao Tesouro Nacional. Aponta que a referida sentença transitou em julgado, não sendo cabível a ampliação dos comandos nela estabelecidos.

Relata que, após ser intimada da decisão que determinava o recolhimento dos valores, apresentou pedido de reconsideração, o qual foi indeferido, “*clarificando a ilegalidade e abusividade do ato da autoridade impetrada*”.

Por fim, afirmando estarem presentes os requisitos para a concessão da medida liminar, requer que, de forma *initio litis* e *inaudita altera pars*, seja determinada a suspensão do ato coator para suspender a exigibilidade da sanção de devolução de recursos pela impetrante.

É o relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Passo a decidir, o que faço com fundamento na Lei n.º 12.016/09, aplicável subsidiariamente aos Mandados de Segurança de competência originária deste Tribunal, conforme prevê o artigo 31 do Regimento Interno desta Corte.

Conforme reconhecido pela impetrante este Mandado de Segurança tem como objeto a decisão judicial proferida nos autos de Prestação de Contas n.º 181-42.2016.6.16.0145, que determinou a comprovação da restituição ao doador dos valores tidos como não identificados ou, na sua impossibilidade, o recolhimento ao Tesouro Nacional (id. 4125916, p. 23).

Em que pesem os argumentos trazidos pela impetrante no sentido de que não restaria outro meio processual para a impugnação da decisão, entendo que dela é cabível Recurso Eleitoral, não sendo hipótese do *mandamus*.

Com efeito, o ato judicial ora impugnado configura decisão judicial recorrível, a ser contestada em sede processual adequada, sendo cabível Recurso Eleitoral, nos moldes do artigo 265, do Código Eleitoral, que assim dispõem:

*Art. 265. Dos atos, resoluções ou despachos dos juízes ou juntas eleitorais caberá recurso para o Tribunal Regional.*

*Parágrafo único. Os recursos das decisões das Juntas serão processados na forma estabelecida pelos artigos. 169 e seguintes.*



Tanto é assim, que a impetrante apresentou, nos autos de Prestação de Contas, Recurso Eleitoral contra a decisão ora impugnada, o qual não foi conhecido, não por ser incabível, em verdade, não foi conhecido por ser intempestivo. Por óbvio, só pode ser considerado intempestivo o recurso com previsão legal para sua interposição e prazo para tanto.

Dessa forma, comportando a decisão impugnada Recurso Eleitoral, incide na espécie a vedação contida na Súmula nº. 267 do Supremo Tribunal Federal, *verbis*: “Súmula 267. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção”.

Assim é que o Mandado de Segurança não pode ser manejado como sucedâneo recursal, mormente quando já decorrido, e muito, o prazo para a interposição do recurso cabível, não sendo admissível o manejo do Mandado de Segurança para o fim de suprir eventual intempestividade do recurso cabível.

Anote-se, ainda, que doutrina e jurisprudência são unânimes no sentido de se admitir a impetração de Mandado de Segurança de decisão judicial apenas nos casos em que: a) decisão judicial manifestamente ilegal ou teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal atributo; e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

Por fim, destaco que, embora o Recurso Eleitoral cabível na hipótese em análise não possua efeito suspensivo *ex lege*, a impetrante poderia impetrar o *mandamus* apenas para atribuir efeito suspensivo ao Recurso, não sendo admissível a sua substituição pelo writ.

Destarte, verifica-se de plano o não cabimento do Mandado de Segurança no caso em apreço, sendo medida impositiva sua extinção sem resolução de mérito.

### 3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, evidenciado o descabimento do Mandado de Segurança, indefiro a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no artigo 485, I, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Oportunamente, archive-se.

Curitiba, 26 de julho de 2019.



LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - RELATOR



Assinado eletronicamente por: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - 28/07/2019 18:42:01

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072615510750600000003956542>

Número do documento: 19072615510750600000003956542